

ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO E EPISTEMOLOGIA FEMINISTA: DISCUTINDO IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS

Rayza Sarmento¹

Resumo: Este trabalho realiza uma revisão da literatura acerca da análise de enquadramento, metodologia frequentemente empregada em estudos de Comunicação e Política para propor a possibilidade da construção de uma análise de enquadramento feminista. Para isso, discutimos a importância da crítica oriunda da epistemologia feminista, que atestam que métodos não são instrumentos desencarnados da realidade social, tampouco do sujeito que pesquisa.

Palavras chave: análise de enquadramento; feminismo; mídia

Recebido em: 6/07/2019

Aceito em: 8/11/2019

¹ Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa (DCS/UFV), onde coordena o Grupo de Pesquisa em Gênero, Comunicação, Democracia e Sociedade (GCODES- CNPq). Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Email: rayzasarmento@gmail.com

FRAME ANALYSIS AND FEMINIST EPISTEMOLOGY: DISCUSSING METHODOLOGICAL IMPLICATIONS

Abstract: This paper reviews the literature about frame analysis, a methodology often used in Communication and Politics Studies. We propose the possibility of constructing a feminist frame analysis. In order to do this, we discuss the importance of the critique derived from feminist epistemology, which makes us understand that methods are not disembodied instruments of reality, nor of the research subject.

Keywords: frame analysis; feminism; media.

Introdução

Os meios de comunicação são instâncias centrais para a compreensão das desigualdades de gênero nas sociedades ocidentais. Preocupados com esta relação se desenvolveram, entre os transdisciplinares estudos de gênero e o campo da comunicação, reflexões focadas nas formas de reprodução dessas opressões por diferentes dispositivos midiáticos.

Os estudos feministas de mídia, informados por diferentes correntes do pensamento feminista (Kearney, 2012; Steeves, 1987; Steiner e Carter, 2004; Van Zoonen, 1994; Sarmiento, 2018), olham para os meios de comunicação a fim de compreender as desigualdades em diferentes níveis, desde aqueles dispostos na produção midiática em si (textos jornalísticos, imagens, filmes) (Escosteguy e Messa, 2006; Gill, 2008; Norris, 1997; Ross, 2002), passando pela cadeia de produção da comunicação (Byerly e Ross, 2006; Chambers et. al., 2014) até os postos de governança de mídia (Byerly, 2014; Ross, 2014). O jornalismo, a cultura popular, a internet são algumas das preocupações recorrentes. No Brasil, em especial na Ciência Política, esses estudos são mais recentes e têm como preocupação acentuada as campanhas eleitorais femininas e a cobertura jornalística ordinária ou em momento de eleitoral de mulheres candidatas ou eleitas (Miguel e Biroli, 2011). A ideia nesse trabalho é refletir sobre um tipo de metodologia para esses estudos feministas de mídia que esteja articulada com os pressupostos teóricos e epistemológicos dos feminismos.

Para isso, nos debruçamos na discussão de um método bastante comum nos estudos de comunicação e política, a análise de enquadramento; por entendê-la como uma ferramenta bastante útil para a compreensão das diferentes inscrições midiáticas sobre relações de gênero. O texto está organizado em três partes. Na primeira, situamos o que estamos chamando de análise de enquadramento, a partir da revisão de literatura pertinente. Em seguida, apresentamos ideias centrais das epistemologias feministas. Na terceira parte, construímos uma tentativa preliminar de uma análise feminista de enquadramento, a partir de questões chaves da literatura político-feminista.

1. Revisando enquadramentos

Os estudos que utilizam *análise de enquadramento* abundam nas Ciências Sociais e na Comunicação. A maior parte deles investiga como os meios de comunicação enquadram certos acontecimentos, especialmente relacionados às questões políticas, com atenção especial ao jornalismo. Parte da literatura sobre enquadramento também é construída quase que por metalinguagem, já que são crescentes os trabalhos sobre a conformação da própria análise. Isso não é gratuito. Sob o guarda-chuva do nome *análise de enquadramento* abrigam-se coisas muito distintas, por vezes divergentes (Mendonça e Simões, 2012; Van Zoonen, 2011; D'Angelo, 2002; Matthes e Kohring, 2008). Entman (1993) fala de um *paradigma fraturado* em virtude dessas

variedades, já para D'Angelo (2002) a fratura das pesquisas não é necessariamente ruim, mas aponta à fertilidade do campo.

A maior parte dos estudos reconta a narrativa do conceito atribuindo-o a Goffman (1974), em "*Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*". Em menor escala, alguns estudos trazem o precursor do termo, Gregory Bateson, com o texto "*A theory of play and fantasy*". Fortalecido por Goffman, o conceito cunhado por Bateson tem como premissa fundamental a aposta na interação, dependendo assim da "existência de sentidos compartilhados" (Mendonça e Simões, 2012, p. 189).

I assume that definitions of a situation are built up in accordance with principles of organization which govern events - at least social ones - and our subjective involvement in them; frame is the word I use to refer to such of these basic elements as I am able to identify. (...) My phrase "frame analysis" is a slogan to refer to the examination in these terms of the organization of experience (GOFFMAN, 1974, p. 10-11).

Na revisão crítica dessa literatura, entendemos que esses estudos tentam responder a, pelo menos, três questões principais, nem sempre juntas; que vão desde uma tentativa de pensar a ontologia do quadro até sua operacionalização. São elas: a) o que são quadros e enquadramentos, b) onde estão, quem detém e para que os quadros são utilizados; c) como os quadros são encontrados.

a) o que são quadros e enquadramentos

Há poucas divergências sobre o que são os quadros. A maioria dos estudos os entende como uma moldura interpretativa, que seleciona determinados aspectos da realidade, salientando-os e organizando a interpretação sobre eles. Não "nascidos" no campo comunicacional, nem restritos só a objetos midiáticos, quadros organizam a vida diariamente, as interações mais primitivas e a percepção de fatos sociais em diferentes âmbitos. Anabela Carvalho (2000, p.144 e 145) fala de duas formas de entendimento do *frame*. A primeira preocupada com "os padrões que os indivíduos utilizam para organizar a cognição da realidade" e uma segunda mais relacionada à estruturação discursiva, onde *frame* é "visto como uma ideia central que subjaz e orienta a construção de textos". A produção midiática será privilegiada pelos estudos a partir dos anos de 1990 (Mendonça e Simões, 2012; Vliegenthart e van Zoonen, 2011).

Quadros, para Reese (2007, p. 150), são "estruturas que desenham limites, estabelecem categorias, definem ideias". Gamson e Modigliani (1989) falam de quadros como "pacotes interpretativos", com uma estrutura organizada para guiar certa compreensão. Para Chong e Druckman (2007), os frames referem-se a processos em que pessoas desenvolvem ou revisam conceitos sobre uma questão ao serem expostos a determinados estímulos. Os autores ressaltam que os quadros não podem ser confundidos com argumentos superiores (idem, p. 111). Snow et.

al. (2007) entendem os frames também como organizadores das ações ou reações de sujeitos coletivos.

Sobretudo ligado à aplicação nos estudos de jornalismo², Antunes (2009, p. 91) pondera que “o frame não se confunde com assuntos de uma notícia” ou, como pontua Carlos Alberto de Carvalho (2009, p. 4), frames atuam para tornar notícias inteligíveis, “relacioná-las a alguma dimensão do social reconhecível por quem as receberá”.

Se essa primeira questão se coloca de forma mais consensual, são as subsequentes que deixam claras as marcantes divergências entre as pesquisas sobre enquadramento.

b) *onde estão, quem detém e para que os quadros são utilizados*

A opção por agrupar em um mesmo tópico a “localização”, a “propriedade” e o “uso” dos quadros se dá pela relação extremamente imbricada entre as três dimensões. Nesse sentido, boa parte da literatura tem apontado que os quadros são “da mídia”, “das elites”, “movimentos sociais” ou “da interação social”. Cada perspectiva, por sua vez, utiliza-os como explicação para fenômenos muito distintos. Os quadros são produtos da agência de sujeitos específicos ou se constituem em contextos situados, determinados assim pelas estruturas sociais? A literatura aponta para uma série de respostas.

No Brasil, Mendonça e Simões (2012) organizam o que chamam de “três possibilidades de operacionalização do conceito de enquadramento”³. O trabalho dos autores tem um foco bastante agudo em materiais midiáticos, embora não se encerre neles. A primeira possibilidade de realizar uma pesquisa sobre enquadramento é chamada pelos autores de “análise da situação interativa” e está preocupada com quadros de sentido presentes na interação social, bem como seu deslocamento. A segunda, “análise de conteúdo discursivo”, identifica a forma como textos midiáticos mobilizam molduras explicativas para diversos fenômenos, com atenção especial ao conteúdo jornalístico e debates sobre questões coletivas. “O foco dessa vertente de análise de enquadramento se volta, pois, para a percepção do modo como discursos enquadram o mundo, tornando acessíveis perspectivas específicas de interpretação da realidade” (Mendonça e Simões, 2012, p. 193). A terceira forma identificada, “análise de efeito estratégico”, diz dos *framing effects*, como construções pensadas para gerar determinados efeitos em pessoas ou grupos.

² Antunes (2009) e Carvalho (2009) atribuem a Gaye Tuchman o uso inicial do termo enquadramento nos estudos do jornalismo, para quem as rotinas produzidas ditariam quadros específicos. Carvalho (2009, p. 7) argumenta que a autora tem uma leitura complicada de Goffman e afirma que os jornalistas “produzem significados que são mais complexos do que aqueles a que são constrangidos pelas relações institucionalizadas”. “Se é na realidade social e em função dela que os acontecimentos se materializam, ou impactam, não é prudente tomar os enquadramentos jornalísticos como imobilizados em torno de quadros de referência imutáveis, ou sujeitos prioritariamente aos constrangimentos institucionais.” (Carvalho, 2009, p.9).

³ Talvez o termo *operacionalização* não seja o mais adequado para o que os pesquisadores fazem, pois o esforço identifica premissas ou perspectivas de entendimento sobre os enquadramentos. Como veremos a seguir, a operacionalização das pesquisas está mais ligada às técnicas e métodos para “encontrar” o quadro.

Cada uma das três formas acima responde diferentemente às questões que suscitamos. No primeiro e segundo casos, os quadros organizam a realidade, seja na interação face-a-face seja via mediações, eles não são propriedades de um sujeito e não são utilizados com um fim específico, surgem da e na relação. No terceiro caso, os quadros, na maioria das vezes, são “da mídia” ou das “elites” e têm por objetivo influenciar comportamentos e atitudes. Para os autores, acompanhados de Reese (2007), essa noção estaria mais distante da construção inicial de Goffman sobre enquadramento, para quem a interação, mesmo com assimetrias, é fundamental para a existência de um quadro.

D’Angelo (2002) também adota uma organização das abordagens, dividindo-as em três grupos: a) crítica – para quem os enquadramentos midiáticos são fonte de dominação; b) construcionista – que pensa o processo de negociação dos indivíduos com os frames e seus pontos de vista, bem como a utilização dos quadros na socialização; e c) cognitivista – cujo interesse é mais no armazenamento e ativação de quadro pelos indivíduos, especialmente ao se depararem com situações semelhantes. Essa organização também faz com que cada um dos três vieses de pesquisa atribuam a utilização, a localização e a “propriedade” dos quadros a algo ou alguém.

Vreese (2005), por sua vez, fala do enquadramento como um processo constituído por dois estágios, com foco mais preciso sobre a mídia. O primeiro é o *frame building* ou a relação entre os jornalistas ou produtores da informação com diversos agentes políticos e sociais – « the outcomes of the frame-building process are the frames manifest in the text” (idem, p. 52). O segundo, *frame setting*, como a relação da audiência, as consequências individuais e sociais da exposição a certos quadros, tais como ações coletivas, produção de decisões e socialização política. De modo similar, Scheufele (1999) admite duas dimensões distintas de enquadramentos a) aqueles midiáticos e os b) individuais, ideias dos indivíduos anteriores que se unem à informação. Na mesma trilha, Vliegthart e van Zoonen (2011) também sinalizam a existência de três processos: o *frame building* (construção do quadro), o *frame* (sua materialização) e o *frame effects* (o poder de influência). Para tais autores, a captura dos sentidos do enquadramento só é possível a partir de uma análise multi-nível.

Na literatura sobre movimentos sociais, a compreensão de enquadramento assume outro caminho. Snow e Benford (1986) tratam os quadros como elementos de mobilização e um recurso simbólico para que sujeitos coletivos construam suas reivindicações e atinjam seus objetivos. Não se concentram apenas no processo de construção do enquadramento, mas em sua expansão, reconfiguração (*re-frame*) e mudança, além da “batalha” de diferentes quadros (*frame contest*). Nessa perspectiva, existem quadros de “propriedade” dos movimentos e os da “mídia” e o embate se dá pela diferença entre os dois. No Brasil, Prudêncio (2014), tem se dedicado à aplicação empírica dessa compreensão.

c) **como os quadros são encontrados**

A operacionalização do “descobrimto dos quadros” é uma preocupação forte dessa literatura, dadas as críticas sofridas por Goffman de que sua ideia tinha pouca potência de generalização e investigação empírica para além de contextos situados (Carvalho, 2012; Vliegthart e van Zoonen, 2011). Entman (1993) possui a definição mais utilizada sobre como quadros se materializam e podem ser encontrados, a partir de quatro elementos, que raramente aparecem de forma simultânea. Para ele, quadros (a) definem problemas, (b) identificam as causas desses problemas, (c) oferecem alternativas ou tratamentos e (d) apresentam julgamentos morais. Van Gorp (2007) também aposta em estruturas que constroem quadros, como “dispositivos de enquadramento” (expressões, palavras, metáforas), “o raciocínio latente” (as razões apresentadas sobre um determinado assunto) e o “fenômeno cultural que o circunscreve” (as questões públicas a que os quadros fazem referência).

Outro caminho da literatura de enquadramento para o encontro dos quadros é apontar, a partir de definidos seus elementos, qual processo será utilizado. Mathes e Kohring (2008) falam de cinco abordagens operacionais nos estudos:

- abordagem hermenêutica: realizada geralmente em pequenas amostras de pesquisa qualitativa, busca-se identificar a relação com o contexto sociocultural. O perigo nessa abordagem é o pesquisador influenciar demais a captura, de forma consciente ou inconsciente.
- abordagem linguística: atenta para a seleção, localização e estrutura das palavras em um determinado texto. Tenta clarificar o processo observando o conjunto de palavras, identificando assim o que compõe um frame. Embora exaustivo, não responde como esses elementos se juntam para a construção de um quadro, dado que as palavras assumem significados diferentes, a depender do contexto.
- abordagem holística manual: olha para parte do material analisado, extrai os quadros e retorna posteriormente com um *codebook* manual.
- abordagem assistida por computador: identifica os frames como manifestados por palavras específicas, que podem ocorrer juntas em alguns textos, mas não em outros. Tal abordagem pode ser refinada por um programador humano ou completamente automatizada.
- abordagem dedutiva: trabalha com quadros já estabelecidos e define *master frames* antes de iniciar a análise, atentando para a ocorrência de novos no decorrer da pesquisa.

Dependendo do entendimento de para que servem os quadros e quem os detém, as pesquisas podem ser encaminhadas para ler os enquadramentos como variáveis dependentes ou independentes, podem ainda apontar quadros gerais ou quadros específicos - a dificuldade destes últimos é a de comparabilidade e generalização, já que acabam “gerando um conjunto único de quadros para cada estudo” (Vreese, 2005, p. 55).

De acordo com Matthes e Kohring (2000), a maior parte dos métodos empregados tem problemas quanto à confiabilidade e validade⁴. Um trabalho de fôlego no Brasil que tenta tornar bastante objetiva a identificação de quadros, a fim de romper as abstrações e fragilidades de operacionalização empírica, é o de Campos (2013). O autor utiliza a análise de correspondência múltipla para agrupar os argumentos presentes no debate midiático nacional sobre ações afirmativas raciais. Vimeiro (2010) também já havia oferecido uma alternativa a partir de análise de *clusters*, com decomposição de diferentes elementos (exemplos, slogans, termos, atores, subtópicos, rubrica, causas, soluções e julgamentos morais) que compõem os enquadramentos, a fim de entender a trajetória pública da temática da deficiência em jornais e revistas brasileiras⁵.

Essa revisão da literatura tentou apontar os caminhos pelos quais a análise de enquadramento é desenvolvida. Compartilhamos as premissas goffmanianas sobre a estruturação interacional dos quadros de sentido, sobretudo os midiáticos e entendemos que:

- A) Os quadros são princípios de organização, aqui especificamente jornalística, dada a reflexão proposta. É uma forma de “empacotar” fenômenos sociais, não para retirar-lhes sua complexidade ou reduzi-los estrategicamente com fins para dominação, mas sim para construir noções sociais inteligíveis tanto para quem será endereçada a informação quanto para quem a produz. Basicamente, não há relação social ou comunicação sem a construção de pacotes interpretativos: são eles que guiam as nossas ações mais ordinárias aos contextos mais específicos de interação.
- B) Os quadros, em nossa compreensão, não possuem apenas fins estratégicos. E, mesmo que assim sejam utilizados, não se constroem descolados dos contextos sócio históricos. Dado que são produtos relacionais, não são construídos para produzir efeitos específicos e nem assim poderiam, pois acionam sentidos distintos a depender de seu contexto. Embora seja muito comum e desejável que, principalmente, grupos que atuam em defesa de direitos de minorias construam seus quadros de sentidos a fim de modificar uma determinada realidade, nossa compreensão é que esse uso estratégico nunca é feito em uma folha em branco, ele dialoga com premissas, com valores, situações que os modificam e são modificados por eles.
- C) Os quadros não são propriedades privadas de sujeitos, sejam eles individuais, coletivos ou institucionais. Para nós, não pertencem à mídia, a seus profissionais ou aos movimentos sociais. Não estão em um lugar específico; manifestam-se a depender da interação. Embora estejamos preocupados com cobertura jornalística, os quadros não são criados

⁴ Tentando sanar esses problemas, os autores propõem a identificação dos frames por clusters, codificando um quadro não necessariamente por palavra, mas por elementos distintos que agrupados formam um padrão interpretativo

⁵ Sobre o trabalho de Vimeiro (2010), endossamos a crítica de Mendonça e Simões (2012, p.199): “Quando se presta atenção aos tipos de categorias produzidas [pela pesquisadora], nota-se que os enquadramentos encontrados não apenas se sobrepõem, mas que os feixes produzidos trabalham os sub-elementos de maneiras variadas. Tanto que a maioria dos grupos não envolve todos os elementos apontados pela pesquisadora como importantes na composição de um frame. Nesse sentido, os enquadramentos encontrados configuram-se mais como grupos de notícias”. A sobreposição de argumentos e enquadramentos também é perceptível em Campos (2013)

pela e fixos à mídia, mas foram e são construídos a partir da inscrição dos meios de comunicação na vida social.

- D) Responder a como os quadros são encontrados nos faz evocar a discussão que motiva este texto. A preocupação em extrair os quadros de forma neutra, objetiva, científica, replicável, comparável – premissas tensionadas pela epistemologia feminista - atravessa grande parte dos textos mobilizados aqui. Campos (2013, p. 378) afirma que os parâmetros para identificação dos quadros aparecem muitas vezes “arbitrários” e “não raro, expressam mais a forma como um investigador “enquadra” uma temática do que o modo como os atores estudados o fazem”. Matthes e Kohring (2008, p. 260) também apontam para “the risk of extracting researcher frames, not media frames”. Embora ambos os pesquisadores assumam que as projeções pessoais interferem nas construções da pesquisa, também advogam por procedimentos mais claros, a fim de que sejam partilhados e avaliados.

Como se vê, a literatura sobre análise de enquadramento atenta com muita força para as formas de identificação dos quadros midiáticos. A ideia subjacente a essa busca é a de que os quadros possam auxiliar, objetivamente, a compreender como os meios de comunicação constroem os contornos interpretativos para uma diversidade de temas políticos e como emergem e desaparecem ao longo do tempo. Dessa forma, uma infinidade de questões podem ser lidas na cena midiática a partir de tal metodologia. O que nos questionamos é se as questões sociais diretamente ligadas à hierarquia de gênero podem ser estudadas sem que essa metodologia ganhe aparatos específicos para a compreensão de tal nuance. Como pode a análise de enquadramento ser mais útil aos objetivos dos feministas de mídia em desvelar a inscrição do gênero nas narrativas midiáticas?

Para tentar discutir se essa possibilidade existe, não estamos abrindo mão de todo investimento científico no estudo do enquadramento, mas entendemos ser importante adicionar a essa discussão o olhar diferenciado que o feminismo gerou na ciência. Como veremos a seguir, as epistemologias feministas não negam a produção e o acúmulo de conhecimento produzido, sobretudo nas Humanidades, mas se apropriam dos métodos de outras formas, advindas de olhares diferenciados proporcionados pelo entendimento das desigualdades entre homens e mulheres.

2. Aportes das epistemologias feministas para pensar enquadramentos

Epistemologicamente, o que significa fazer uma pesquisa feminista? É possível construir uma análise de enquadramento que olhe não só para “temáticas de gênero” nos meios de comunicação, mas que produza uma reflexão metodológica sobre os quadros de sentido que organizam essa cobertura? Sandra Harding (1987) nos diz que não há um método essencialmente feminista, dado que este é somente uma técnica de coleta de informações. O que se deve pensar

são os pressupostos que norteiam a construção das teorias sobre esses procedimentos. Para ela, a renovação advinda das epistemologias feministas está exatamente em tornar claros tais pressupostos, com duas linhas-guias fundamentais: a investigação disposta em favor das mulheres e a saída do investigador como uma voz invisível.

A epistemologia, conhecida como teoria ou filosofia do conhecimento, preocupa-se centralmente como o estudo da natureza, validade e origem deste, bem como da discussão sobre por quais faculdades podemos atingi-lo. Desde o século XVI, pelo menos, afirmam Jaggar e Bordo (1997), o pensamento cartesiano influenciou a construção do conhecimento ocidental, especialmente a partir das premissas do racionalismo, individualismo metodológico e do entendimento da realidade como uma estrutura objetiva. Algumas correntes criticam certos elementos dessa forma de fazer ciência, tais como as abordagens vinculadas ao marxismo, à psicanálise e ao pós-estruturalismo, que contribuíram para mostrar as diferentes exclusões que compõem o conceito de universalidade científica (Jaggar e Bordo, 1997; Matos, 2008; Rago, 1998). A corrente pós-moderna, principalmente, questionou a "artificialidade das unidades conceituais" e pensou o discurso, e aqui o científico, não como um espelho do real, mas como seu "instituinte" (Rago, 1998, p. 5). O diferencial dos estudos feministas dessas perspectivas foi o de sustentar que o método cartesiano de conhecimento científico "não é neutro do ponto de vista do gênero" (Jaggar e Bordo, 1997, p. 10).

De acordo com Alcoff e Potter (1993, p. 13), "for feminists, the purpose of epistemology is not only to satisfy intellectual curiosity, but also to contribute to an emancipatory goal: the expansion of democracy in the production of knowledge". Ainda assim, a pluralidade que atravessa os feminismos na prática e teoria também se faz presente nas discussões epistemológicas. Para algumas autoras, com diferenças em suas abordagens, existe uma epistemologia feminista (Harding, 1993; Matos, 2008; Narayan, 1997; Rago, 1998) e há aquelas que defendam a existência de "uma crítica da ciência social, mas não uma ciência social feminista" (Farganis, 1997, p.237).

Muitas dessas divergências se dão pela dificuldade de pensar em um sujeito ou agente epistêmico uno, a fim de que não se (re)produza a constituição de uma mulher universal indiferente às particularidades. Além disso, para Harding (1993) há uma contingência fundamental nas ausências que conformaram a construção da ciência, o que aponta para a não estabilidade fundante das categorias feministas.

Não passa de delírio imaginar que o feminismo chegue a uma teoria perfeita, a um paradigma de "ciência normal" com pressupostos conceituais e metodológicos aceitos por todas as correntes. As categorias analíticas feministas devem ser instáveis - teorias coerentes e consistentes em um mundo instável e incoerente são obstáculos. (HARDING, 1993, p. 11).

De acordo com Sardenberg (2001), as feministas tiveram que se apropriar dos métodos clássicos de fazer ciência para se legitimar como interlocutoras com a comunidade para então

fazer o movimento de tensionar essas premissas fundadoras, questionando assim, como sustentam Alcoff e Potter (1993), se os métodos de conhecer o mundo produzidos pela elite poderiam ser úteis para a compreensão das subalternidades.

Matos (2008, p. 349) sustenta que a epistemologia feminista operou diferentes passagens, tais como “do realismo metafísico para afirmação da incerteza”, do “individualismo metodológico para a perspectiva multidimensional” e para a incorporação de temas antes invisíveis ou marginalizados. Com o novo olhar, os homens também foram inseridos de outra forma, a partir dos estudos de masculinidades. É como se as mulheres tivessem passado de sujeitos cognoscíveis para também cognoscentes e o contrário tivesse ocorrido com os sujeitos do gênero masculino.

De acordo com a já clássica divisão de Harding (1986), três correntes podem ser observadas na epistemologia feminista: a) o feminismo empiricista, que critica a ausência das mulheres no fazer científico, mas não questiona estruturalmente a ciência em si; b) o *feminist standpoint* (ou feminismo perspectivista – Sardenberg, 2001), o qual atribui às mulheres um privilégio epistêmico advindo das condições de opressão; e c) o feminismo pós-moderno que busca fazer ciência compreendendo as fraturas que constituem os sujeitos, rejeitando as categorias de objetividade.

A despeito dos debates internos entre as correntes, algumas contribuições mais gerais das epistemologias feministas nos são muito úteis. A primeira delas é a (re) afirmação pelo feminismo de que - “conhecimento não é só um conjunto de argumentos, mas também um reflexo de interesses” e assim “a ciência é uma forma de discurso” (Farganis, 1997, p. 227 e 228), como muitos outros possíveis (Bandeira, 2008; Matos, 2008). Uma segunda especificidade é a relação imbricada ente teoria e prática (Brooks, 2007; Jaggar e Bordo, 1997) que deriva da terceira, e talvez mais importante, contribuição, a entrada de um novo agente epistêmico, que confere à subjetividade um lugar legítimo no fazer científico e dá corpo (e gênero) ao sujeito produtor(a) de conhecimento (Rago, 1998).

(...) indivíduos, homens e mulheres, são historicamente corporificados, pessoas concretas cuja perspectiva é uma consequência daquilo que são; assim, em uma sociedade dividida pelo gênero, as mulheres verão e conhecerão de modo diferente dos homens. O caráter social do gênero dá a elas uma perspectiva diferente e o lugar onde estão — suas atividades dentro do mundo e a forma como são consideradas em uma sociedade estratificada pelo gênero — fará delas praticantes de um tipo diferente de ciência. (FARGANIS, 1997, p. 227)

A ideia de que o ponto de vista do sujeito pesquisador, bem como os interesses motivadores da pesquisa, importa é premissa fundamental para o supracitado *feminist standpoint* e pode oferecer ricas contribuições à análise de enquadramento. Harding (1986, p. 149) sustenta que tal viés “constitutes not a swithc of epistemological and political commitment

from one gender to the other but a commitment to the transcendence of gender through its elimination. Such a commitment is social and political, not merely intellectual”.

Para a corrente epistemológica feminista perspectivista, grupos dominantes têm um ponto de vista epistemicamente limitado comparado com grupos minoritários, por isso é necessário possibilitar que tais posições concretamente diferenciadas de experimentar o mundo emergam no fazer científico. Para Alcoff e Potter (1993, p. 6), “when the dominant group is homogeneous, its shared assumptions stand little chance of identification, and when this group benefits from maintaining these assumptions, there is even less chance that the assumptions will be critically interrogated”.

Essa compreensão, contudo, foi alvo de severas críticas oriundas especialmente da corrente pós-moderna, acerca do perigo de uma nova generalização da categoria mulher, situando as diferentes experiências em um mesmo ponto de vista. Ou de que a perspectiva feminista pudesse se confundir novamente com a perspectiva das mulheres brancas feministas e acadêmicas. Autoras como Nayaran (1997) também criticam os discursos sobre a “vantagem epistêmica” mostrando como podem romantizar a opressão. Bar On (1993), citada por Anderson (2015, s/p), pondera que se o privilégio epistêmico está disponível nas relações existentes, estas desvantajosas para as mulheres, tal ideia “forces a choice between having ethical knowledge and living in a nonsexist society”.

A despeito dessas considerações sobre os riscos de pensar a partir de um ponto de vista unitário, entendemos que assumir uma perspectiva feminista, lançando luz às diferentes faces das vivências das mulheres (classe, raça, etnia, geração, região, sexualidade, dentre outras), pode colaborar para a compreensão mais aguda sobre a forma como tais experiências são narradas e interpretadas pelas metodologias vigentes. Mesmo entendendo a potência e a preocupação da crítica pós-moderna, concordamos com Sardenberg (2001), ao citar Linda Alcoff, para quem “um feminismo que “(...) desconstrói tudo e não constrói nada (...)” é potencialmente perigoso para qualquer grupo politicamente atuante” (Alcoff, 1994, p. 441 apud Sardenberg, 2001, p. 10). Assumir que se faz pesquisa a partir de um ponto de vista que pressupõe não o sujeito social abstrato, mas uma vivência concreta, pode colaborar não só para novas leituras de fenômenos existentes, mas para o pressuposto subjacente ao feminismo de outras conformações possíveis nas relações desiguais de gênero, incluindo as científicas.

3. Análise feminista de enquadramento

De posse da discussão sobre enquadramento e retomando algumas premissas da epistemologia feminista, entendemos que é possível estruturar uma proposta de *feminist frame analysis* a partir das preocupações centrais da teoria política feminista. Para isso, a ideia é a de que materiais midiáticos, em especial os jornalísticos, que tratem de temas caros às reivindicações feministas possam ser questionados acerca de dois enquadramentos: aqueles relativos ao debate *público e privado* e acerca dos *sujeitos*. Trataremos essas duas dimensões a partir da ideia de

master frames, conceito ligado à literatura de movimentos sociais, em especial as de teoria do processo político.

Master frames são quadros de sentido alargados que podem ser mobilizados por diferentes atores (Benford, 2013; Snow e Benford, 1992). É uma forma de explicar que, embora os movimentos tenham seus quadros específicos, algumas reivindicações, segundo esses autores, podem ser entendidas como universais, como se atravessassem todas as lutas sociais. Um exemplo clássico dessa literatura são as mobilizações em torno de quadros-mestre de “justiça e injustiça”. Movimentos sociais utilizam em seus processos de contestação discursiva pública esses grandes quadros para se opor às narrativas das elites sobre processos políticos em disputa. De acordo com Snow e Benford (1992, p. 138),

Os quadros principais são genéricos (...) Assim concebidos, os quadros principais podem ser interpretados como funcionando de uma maneira análoga aos códigos linguísticos, na medida em que fornecem uma gramática que pontua e sintaticamente conecta padrões ou acontecimentos no mundo¹.

Os autores compreendem os frames como esquemas interpretativos que colaboram para condensar o “mundo lá fora”, dando sequência e compreensão aos acontecimentos presentes ou passados (Snow e Benford, 1992, p. 137). *Master frames*, por sua vez, funcionam em maior escala, como se colaborassem para inteligibilidade mais generalizada das demandas disponíveis em lutas públicas.

Embora a ideia de uma gramática comum que englobe reivindicações de movimentos sociais seja bastante interessante, não é possível deixar de pontuar que os termos em que a própria teoria dos movimentos sociais e as ideias tidas como esses quadros-macro também estão inscritas em um processo hierárquico de vivência de mulheres e homens. É a partir de toda a discussão que trouxemos da política contestada pelas ideias feministas, pela saída da ideia abstrata de sujeito, da crítica à divisão liberal organizadora das relações de público e privado, bem como da entrada de novos assuntos como problemas pesquisáveis nesse seio disciplinar, que entendemos que é possível pensar em *master frames de crítica feminista* para analisar os meios de comunicação e a relação das feministas com eles.

Dessa forma, apontamos que enquadramentos midiáticos não são construídos de forma dissociada das desigualdades de gênero que estruturam as sociedades, as rotinas produtivas dos *media*, a própria comunicação ordinária, mas se inscrevem junto delas. É também uma aposta de que a análise de enquadramento com o viés feminista pode colaborar para elucidar de forma mais clara eixos discursivos onde essas desigualdades são ratificadas. Não se trata somente de crítica feminista de mídia – de como esta deveria ser ou agir – mas de um diagnóstico mais atento de como pressupostos centrais para o feminismo estão dispostos nos textos midiáticos.

Um possível procedimento de análise para usar tais ideias pode ser conduzido da seguinte forma.

Inicia com escolha de temáticas específicas para estudo (participação política, maternidade, trabalho, aborto, violência, tempo ou mesmo o ativismo em si, objeto de estudo da Autora (2017)). Busca-se nas notícias se a) identificam as feministas ou o feminismo e se b) identificam sobre quem as feministas falam ou representam – a fim de investigar as dimensões do sujeito que aparecem. Um terceiro passo é investigar se c) estabelecem relações sobre público x privado, anotando textualmente as formas dessa ocorrência.

Propomos uma nomenclatura que conseguisse captar das diferentes formas como *sujeito e público x privado* aparecem nos textos. Ou melhor, do ângulo pelo qual eram enfatizadas. Para explicar rapidamente a construção dessas categorias, é preciso entender que há, pelo menos, três principais vertentes de discussão sobre a relação entre público e privado na teoria política feminista e cada uma delas encampa argumentos distintos, com uma variedade de autoras (Gavison, 1992).

Por questões de escopo, não apresentaremos a lista específica de autoras e sim as correntes de discussão, baseada em Gavison (1992). A *primeira* delas defende que não há diferença entre público e privado, a partir da a) indeterminação do que é cada e o que pertence cada uma das esferas, b) da impossibilidade de afirmar o que é realmente privado e da discussão mais famosa de que c) o pessoal é político e, portanto, a dicotomia não existe. A *segunda* vertente advoga pela existência da divisão, defendendo que houve uma a) relegação das mulheres ao privado e uma marginalização do público e b) e que a insistência na não diferenciação entre as arenas oprime ainda mais as mulheres, dado que as desigualdades não vêm à tona. Essa corrente afirma ainda que as esferas são c) avaliadas de formas diferentes e que o d) o mito da autonomia entre elas só corrobora para a ratificação da marginalização. Por fim, esta vertente desafia a discussão sobre inevitabilidade e desejabilidade da divisão que acarreta papéis diferenciados de gênero, especialmente dentro a partir dos debates da ‘ética do cuidado’. A *última* vertente, segundo Gavison (1992), é constituída pela ideia principal de que não deve haver diferenças entre público e privado ou que essas devem ser paulatinamente reduzidas. A discussão sobre a dicotomia encampa desde autoras como Carole Pateman, que a entende como uma forma de exclusão principal das mulheres da esfera política à Carol Gilligan que defende que o privado conferiu às mulheres uma moralidade específica que não pode ser esquecida, no que ficou conhecido como “ética do cuidado”.

Quanto ao sujeito do feminismo, a literatura aponta uma série de discussões que, cronologicamente, vão se complexificando. O sujeito do feminismo, no início da construção do campo crítico feminista dos estudos de gênero era mais essencialista e pensava as mulheres como um grupo minoritário. O feminismo interseccional surge para pensar a confluência de opressões, que são reproduzidas inclusive entre mulheres, e traz para a discussão a produção oriunda do feminismo negro, operário e do sul global, especialmente (Miguel, 2014). Para as autoras da interseccionalidade de opressões, como Crenshaw (1989) e Davis (2006), não é possível isolar as “variáveis” de opressão ou pensar causalidades entre elas, mas sim como esse todo se constrói diante dos cruzamentos de marginalizações.

Partindo dessa rica literatura, construímos a priori uma forma de operacionalização dos enquadramentos, trabalhando de forma dedutiva, de acordo com a lista de Matthes e Kohring

(2008) apresentada na primeira seção. A lista de enquadramentos pré-definidos não se esgota em si mesma; podendo ser permanentemente alterada a partir dos textos. Ela tenta captar as diferentes faces já disponíveis nas discussões teóricas. Não se trata de uma análise de enquadramento sobre representação política, por exemplo, mas de uma análise de enquadramento feminista que entenda como são atribuídos sentidos à representação política a partir de noções caras ao feminismo e a compreensão das desigualdades.

Quadro 1: Enquadramentos feministas

<p>1. Identificação do tema ampliado da notícia</p>	<p>Exemplos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação política (notícias sobre voto feminino, ingresso em cargos não eletivos...) - Trabalho (conquista de novos postos de trabalho, dilemas de conciliação entre trabalho e família...) 	
<p>Desdobramento da análise por tema:</p>		
<p>2. Dimensões de sujeito.</p> <p><i>Dentro de um tema ampliado, responder:</i></p>	<p>1.1. O texto identifica quem são as feministas ou o feminismo? 1.2. O texto identifica sobre quem fala o feminismo ou a quem representa? Quais os termos de identificação?</p>	<p>Enquadramentos sobre sujeito ativista do feminismo</p> <p>(211) enquadramento da diferença (212) enquadramento da igualdade (213) enquadramento da igualdade pela diferença</p> <p>Enquadramentos sobre o sujeito representado pelo feminismo</p> <p>(221) enquadramento da unidade do sujeito (222) enquadramento da multidimensionalidade do sujeito</p>
<p>2. Dimensões sobre público x privado</p> <p><i>Dentro de um tema ampliado, responder:</i></p>	<p>2.1. O texto identifica as dimensões? 2.2. Se e como são relacionadas?</p>	<p>Enquadramentos sobre público x privado</p> <p>(31) como opostos (32) como complementares (33) como distintos</p>

Fonte: elaboração própria

Nos enquadramentos sobre as dimensões de sujeito que aparecem nos jornais, subdividimos entre aqueles relativos ao sujeito ativista do feminismo e sujeito representado pelo feminismo.

* *Sujeito ativista do feminismo*

- Enquadramento da igualdade: Disponível em textos que enquadram as ativistas do feminismo e o próprio movimento como uma luta por exercícios iguais de direitos ou costumes. Um exemplo desse quadro está nas ativistas do início do século XX, primeira onda, dada negação de uma série de direitos.

- Enquadramento da diferença: No enquadramento da diferença, ressalta-se a marcação daquilo que é próprio ao sujeito ativista feminista ou movimento, o que o difere seja do universo masculino da época ou das próprias mulheres. Neste quadro, por exemplo, podemos ter tanto a cobertura sobre o feminismo emergente dos anos 60, com as diferentes marcações identitárias, como das mulheres da primeira onda, que tensionam discussões e comportamentos da época.

- Enquadramento da igualdade pela diferença: Quadro a ser utilizado quando as ativistas do movimento são assinaladas junto de processos de diferenciação para recorrer ao exercício de um direito ou de mudanças nas práticas sociais. Um exemplo são as ativistas pró-aborto ouvidas por jornais, a partir da década de 70. Quando acionam o argumento de que as mulheres podem decidir sobre seus corpos discutem as implicações da diferença biológica (poder gerar outro ser) para buscar um tratamento igualitário.

Nos enquadramentos sobre o **sujeito representado pelo feminismo*, nossa construção analítica trabalha com dois quadros:

- Enquadramento da unidade do sujeito: Neste quadro as pessoas representadas pelo feminismo assumem uma característica unitária, são as "mulheres", como um grupo, sem nenhum tipo de distinção aparente nos textos.

- Enquadramento da multidimensionalidade do sujeito: Com este enquadramento, mapeiam-se os textos que trazem algum tipo de marcação adicional para os sujeitos representados pelo feminismo para além do grupo "mulheres". Com este quadro, busca-se entender se e como marcações de sexualidade, raça, classe, etnia, geração emergem nos jornais dentro de temas.

Para construção de enquadramentos feministas acerca da relação público x privado, três operacionalizações foram construídas⁶:

- Enquadramento da distinção entre público x privado: Neste enquadramento, agrupam-se os textos que enfatizam a diferença entre as esferas, sem contrastá-las a priori. São argumentos que entendem haver distinção entre os âmbitos, colocando geralmente as mulheres em espaços entendidos como privados, tais como lar ou relações, como casamentos. Diz-se de atividades diferentes, atribuindo sentidos e valores a elas e sujeitos envolvidos.

⁶ Um exemplo desta operacionalização pode ser visto em Autora (2019).

- Enquadramento da oposição entre público x privado: Aqui, concentram-se textos em que público e privado são claramente opostos, com marcação de prejuízos para ambas as esferas caso sejam integradas.

- Enquadramento da complementariedade entre público x privado: Com este enquadramento, incluímos as matérias cuja ênfase se dá na relação complementar entre as duas esferas, tais como os textos que discutem o uso do tempo por mulheres e homens e suas implicações nas jornadas de trabalho dentro e fora de casa.

Um último passo, após o término da análise, é ressubmeter trechos dos textos e uma lista de enquadramentos a codificadoras, a fim de averiguar sua confiabilidade. A amostra de trechos submetidos deve seguir a amostra do corpus total. A ideia é que as codificadoras tenham algum conhecimento da discussão teórica feminista. Após esse processo, calcula-se a confiabilidade do processo, a partir do coeficiente de concordância *Alfa de Krippendorff*.

A ideia de enquadramentos feministas para ler a mídia pode ser uma alternativa para compreensão de como diferentes temas ligados às mulheres são emoldurados nos jornais a partir dos dois eixos que mencionamos acima. Pode ser útil para observar como as compreensões de tais eixos se diferem por pauta e período temporal e como se cruzam na narrativa midiática os sujeitos acionados para falar sobre feminismo com as relações entre público e privado. É uma ideia fortemente inspirada no *feminist standpoint*, dado que se procura no material midiático eixos interpretativos baseados na teoria e no interesse do sujeito que investiga. É uma análise de enquadramento que tenta tornar mais claras as molduras por trás da cobertura de temas ou eventos relevantes para academia e práxis feministas.

Considerações finais

Buscamos ao longo deste texto revisar como é construída a literatura acerca de uma metodologia bastante comum nas áreas da Ciência Política e da Comunicação, sobretudo nas pesquisas de intersecção entre ambas, a análise de enquadramento. A tentativa foi de mostrar que há várias compreensões sobre a forma de operacionalizar a análise, bem como suas premissas.

Nesse sentido, buscamos defender que é possível, a partir do diálogo com a epistemologia feminista, pensar a construção metodológica que leve em consideração a forma como desigualdades de gênero organizam as interações sociais e, conseqüentemente, a cobertura jornalística sobre uma série de temas. Apresentamos uma proposta de leitura feminista de enquadramento focada em duas dimensões bastante presentes na teoria política feministas, a saber, os sujeitos do feminismo e a relação entre público e privado. Parte dessa metodologia foi aplicada em trabalhos anteriores (Sarmento 2017; 2019) e pode colaborar para o adensamento das discussões entre métodos e crítica feminista da ciência. Se os quadros ajudam os sujeitos a se localizarem ordinariamente no mundo, nas interações cotidianas e são fundamentais para as

construções midiáticas, operando na partilha de sentidos, e também de estereótipos, opressões, preconceitos, entendemos que é possível recolocar esse sujeito epistêmico do conhecimento para pensar a análise de enquadramento com as contribuições do feminismo, em especial da teoria política feminista.

Referências bibliográficas

ALCOFF, Linda Martín and POTTER, Elizabeth (eds.) (1993). "Introduction". IN: *Feminist Epistemologies*, New York: Routledge, pp. 01 a 14.

ANDERSON, Elizabeth, "Feminist Epistemology and Philosophy of Science", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2015 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <http://plato.stanford.edu/archives/fall2015/entries/feminism->.

ANTUNES, Elton. Enquadramento: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, p.85-99, dez. 2009.

BROOKS, Abigail. *Feminist standpoint epistemology. Building Knowledge and Empowement Through Women's Lived Experience*.

BYERLY, Carolyn. Women and media control: feminist interrogations at macro-level. In: CARTER, Cynthia et.al. *The Routledge Companion to Media and Gender*. London: Routledge, 2014, p. 105-115.

BYERLY, Carolyn; ROSS, Karen. *Women and media: a critical introduction*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2006.

CAMPOS, Luiz Augusto. Enquadrando a esfera pública: a controvérsia das cotas raciais na imprensa. 2013.277f. Tese. (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, UERJ, Rio de Janeiro.

CARVALHO, Anabela. Opções metodológicas em análise de discurso: instrumentos, pressupostos e implicações. *Comunicação e Sociedade 2*, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Vol. 14 (1-2), 2000, 143-156.

CARVALHO, Carlos Alberto de. *Jornalismo, homofobia e relações de gênero*. Curitiba Appris, 2012.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico. *Contemporânea*, vol. 7, nº 2. Dez.2009, p. 1-15.

CHAMBERS, Debora et.al. Gendered newsroom cultures and values. In: _____. *Women and journalism*. London: Routledge, 2004c, p. 91-109.

CHONG, Dennis; DRUCKMAN, James N. Framing theory. *Annu. Rev. Polit. Sci.* 2007. 10:103–26.

D'ANGELO, Paul. News Framing as a Multiparadigmatic Research Program: A Response to Entman. *Journal of Communication*, December 2002, p. 870-888.

ENTMAN, Robert. Framing: towards clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

ESCOSTEGUY, Ana C; MESSA, Rejane. Os estudos de gênero na pesquisa em Comunicação no Brasil. *Contemporanea*. v.4, m.2, dez 2006, p. 65-82.

FARGANIS, Sandra. O feminismo e reconstrução da ciência social. In: _ JAGGAR, Alisson M.; BORDO, Susan R. *Gênero, corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 224-240.

GAMSON, William. *Falando de política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GAMSON, William; MODIGLIANI, André. Media Discourse and Public Opinion Nuclear Power: A Constructionist Approach. *American Journal of Sociology*, v. 95, n. 1, p. 1-37, 1989.

GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis. An Essay on the Organization of Experience*. Boston: Northeastern University Press, 1974

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas*, n. 1/93, 1993, p. 7-31

HARDING, Sandra. Existe um método feminista?. Traducción de Gloria Elena Bernal -"Is there a feminist method?" em Sandra Harding (ed.). *Feminism and Methodology*, Bloomington/Indianapolis, Indiana University Press, 1987. Disponível em: http://148.206.107.15/biblioteca_digital/capitulos/81-2350ske.pdf. Acesso 10.03.2016.

HARDING, Sandra. From the Woman Question in Science to the Science Question in Feminism. In: _____. *The Science Question in Feminism*. London: Cornell University Press, 1986, p. 15-30.

HARDING, Sandra. Gênero, democracia e filosofia da ciência. RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.163-168, jan.-jun., 2007.

JAGGAR, Alisson M.; BORDO, Susan R. Introdução. In: _____. *Gênero, corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

KEARNEY, Mary Celeste (eds). *The gender and media reader*. NY: Routledge, 2012.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Revista Estudos Feministas*, v.16, n 2, p.333-357, 2008.

MATTHES, Jorg; Matthias Kohring. The Content Analysis of Media Frames: Toward Improving Reliability and Validity. *Journal of Communication* 58 (2008) 258–279

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula. Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *RBCS*, v. 27, n.79, p.117-235, jun.2012.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Caleidoscópico convexo: mulheres, política e mídia*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. A igualdade e a diferença. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política*. SP: Boitempo, 2014, p.63-78.

- MOTA, Fernanda; BIROLI, Flávia. O gênero na política: a construção do "feminino" nas eleições presidenciais de 2010. *cadernos pagu* (43), julho-dezembro de 2014:197-231
- MULVEY, Laura. Visual pleasure and narrative cinema. In: KEARNEY, Mary Celeste (eds). *The gender and media reader*. NY: Routledge, 2012, p. 59-66.
- NAYARAN, Uma. O projeto de epistemologia feminista: perspectiva de uma feminista não ocidental. In: JAGGAR, Alisson M.; BORDO, Susan R. *Gênero, corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 276-292.
- NORRIS, Pippa (eds.). *Women, media, and politics*. NY: Oxford Press, 1997, p. 1-18.
- PRUDÊNCIO, Kelly. Micromobilizações, alinhamento de quadros e comunicação política. In: *Revista Compólitica*, n. 4, vol. 2, ed. agosto-dezembro, ano 2014. Rio de Janeiro: Com política, 2014.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam. *Masculino, feminino e plural*. Florianópolis. Ed: Mulheres, 1998, p. 1-17.
- REESE, Stephen. The Framing Project: A Bridging Model for Media Research Revisited. *Journal of Communication*, v.57, n. 1, p. 148-154, 2007.
- ROSS, Karen. Women in Media Industries in Europe: What's Wrong with this Picture?, *Feminist Media Studies*, 2014, 14:2, 326-330
- ROSS, Karen. *Women, politics, media: uneasy relations in comparative perspectives*. Hampton Press, 2002.
- SARDENBERG, Cecilia. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?. *Labrys. Estudos Feministas* (Online), v. 11, p. 45, 2007.
- SARMENTO, Rayza. *Das sufragistas às ativistas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921a 2016)*. 2017. Tese (Doutorado Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- SARMENTO, Rayza. Estudos feministas de mídia e política: uma visão geral. *BIB*. São Paulo, n. 87, 3, p. 181-202, 2018.
- SARMENTO, Rayza. A cobertura jornalística sobre o feminismo brasileiro (1921 a 2016): relação de público e privado na narrativa sobre o ativismo. *Norus – Novos rumos sociológicos, Pelotas*, vol. 7, nº 11, p.349-374, 2019.
- SNOW, David. Framing the French Riot: A comparative study of frame variation. *Social Forces*, Volume 86, Number 2, December 2007, pp. 385-415.
- STEEVES, Leslie. Feminist theories and media studies. *Critical Studies in Mass Communication*, 1987, v.4, n.2, p. 95-135.
- STEINER, Linda; CARTER, Cynthia. Mapping contested terrain of media and gender research. In: _____. (orgs.). *Critical readings: media and gender*. UK: Open University Press, 2004, p. 11-36.

THORNHAM, Sue. *Women, feminism and media*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

TUCHMAN, Gaye. The symbolic annihilation of women by the mass media. . In: TUCHMAN, Gaye et. al. *Hearth and home: images of women in the mass media*. NY: Oxford University Press, 1978, p.3-38.

VAN GORP, Baldwin. The constructionist approach to framing: bringing culture back in. *Journal of Communication*, v. 57, n.1, p. 60-78, 2007.

VAN ZOONEN, Liesbet. *Feminist media studies*. London: Sage, 1994.

VIMIEIRO, Ana Carolina Soares Costa. (2010), *Cultura pública e aprendizado social: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008)*. Belo Horizonte, dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

VLIEGENTHART , Rens; VAN ZOONEN, Liesbet. Power to the frame: Bringing sociology back to frame analysis. *European Journal of Communication*. 2011.26(2) 101–115.

VREESE, Claes H. de . News framing: Theory and typology. *Information Design Journal + Document Design*. 13(1), 51–62, 2005.